



N.º 18

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA REALIZADA NO DIA DEZASSETE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO / DO MANDATO 2021/2025.

1 Aos dezassete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, pelas dez horas, no Palácio
2 D. Manuel, reuniu a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia**:

3 4 **I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

5 6 **II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- 7
8 A) Proposta de aprovação da Ata nº 16 da sessão extraordinária do dia 20 de outubro de
9 2023.

10 11 **III. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

12
13 Nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal apresenta o
14 seguinte ponto:

- 15 1. Criação da Comissão da Assembleia Municipal organizadora das
16 comemorações do 50º Aniversário do 25 de Abril.

17
18 Nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal apresenta os
19 seguintes pontos:

- 20 2. Plano Local de Habitação – Apresentação.
21 3. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem
22 como a situação financeira do mesmo – Para conhecimento.
23 4. Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Évora.
24 5. Adesão à Associação Évora 2027.
25 6. Relatório Trimestral de Gestão e de Execução Orçamental do 3º trimestre de
26 2023. Plano de Atividades e Orçamento para 2024 e Plano Plurianual 2025|2028
27 Habévora, E.M. - Para conhecimento.
28 7. 15º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro | dezembro de 2023.
29 - Para conhecimento.
30 8. Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso | Envio de Declarações.
31 - Para conhecimento.
32

33 **IV. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

34 35 **IV – PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO.**

36
37 O Presidente da Assembleia Municipal abriu a Sessão cumprimentando o senhor Presidente
38 da Câmara, os senhores Vereadores, os Deputados Municipais, o público presente, os que

1 acompanham remotamente e todos os técnicos e funcionários, que asseguram o
2 funcionamento da Assembleia, e felicitou a senhora deputada Paula Pita, por ter iniciado,
3 naquele dia, funções como deputada efetiva em substituição do deputado Joaquim Faria e
4 desejou-lhe sucesso para o desempenho daquela missão.

5
6 Estiveram presentes os membros da Mesa:

7 **Presidente da Assembleia Municipal - Jorge Quina Ribeiro de Araújo**

8 **1º Secretário - Ananias Delfim Courelas Quintano**

9 **2ª Secretária - Maria da Nazaré Pereira Lança**

10
11 Procedeu à chamada dos deputados municipais eleitos, verificando as seguintes presenças:

12 **Presentes:**

- 13 - Maria Clara Canotilho Grácio
- 14 - Paula Cristina Nobre de Deus
- 15 - Maria Paula Alves Bagio Cadete Pita
- 16 - Maria Elmina Gouveia Barreira Lopes
- 17 - Filipa Gomes de Almeida Perdigão Lobo da Silveira (em substituição de Diogo Costa
- 18 Freitas Pestana Vasconcelos)
- 19 - Natanael José Carvalho da Vinha
- 20 - João Francisco Baetas Rebocho Simas (em substituição de José Maria Rodrigues Figueira)
- 21 - Ana Beatriz Mayorga Perez Cardoso
- 22 - Maria Cristina Correia Santos Mata
- 23 - Maria de Lurdes Beraldo de Brito (em substituição de Ana Raquel Simões de Abreu
- 24 Taboleiros)
- 25 - Lília Graciete Zambujo Fidalgo
- 26 - João Gonçalo Rebelo Fernandes Costa
- 27 - Maria Antónia Cara-Linda B. Santos Boieiro (em substituição de Gertrudes da Conceição
- 28 Gomes Pastor)
- 29 - Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
- 30 - Bruno Manuel dos Santos Martins
- 31 - João Manuel Fialho Sousa
- 32 - António João Tonaco Gavela
- 33 - Luís Maria Nunes dos Santos
- 34 - Ricardo José Balixa Sacristão Cardoso
- 35 - Luís Carlos Fialho Pardal
- 36 - Isidro José de Oliveira Lobo
- 37 - Redolfo Constantino Pereira
- 38 - José Vitorino Piteira
- 39 - Bernarda Julieta da Noite Cota
- 40 - Vasco Rafael Riço Casbarra (em substituição de Joaquim António Filipe Pimpão)
- 41 - David Miguel Mirrado Lopes
- 42 - Florinda da Conceição Mendes Carvalho Russo
- 43 - Luis Miguel Caeiro Nico Ramalho
- 44 - Lúcio Gabriel Ludovico Guerreiro
- 45 - Francisco Manuel Branco de Brito

46
47 A Câmara Municipal fez-se representar por:

- 48 - Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá
- 49 - Henrique Eva Ferreira Carvalho Sim-Sim
- 50 - Alexandre Manuel Rosa Varela
- 51 - Lurdes Judite Dionísio Pratas Nico
- 52 - Florbela da Luz Descalço Fernandes

1
2 **Ausentes:**

- 3 - José Gabriel Paixão Calixto
4 - Patrícia José Correia Raposinho
5

6 **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**
7

8 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao período de intervenção do público e
9 questionou se alguém pretendia intervir, não tendo havido nenhum pedido.
10

11 **II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**
12

- 13 A) Proposta de aprovação da Ata nº 16 da sessão extraordinária do dia 20 de outubro de
14 2023.
15

16 **Deliberação da Ata nº 16 de 20-10-2023:**

17 **Aprovada por unanimidade.**

18 Os deputados municipais David Miguel Mirrado Lopes (MICAZA), João Francisco Baetas
19 Rebocho Simas (CDU), Maria de Lurdes Beraldo de Brito (Coligação Mudar com Confiança),
20 Maria Antónia Cara-Linda B. Santos Boieiro (CDU), João Manuel Fialho de Sousa (MCE) e
21 Vasco Rafael Riço Casbarra (CDU), não votaram por não terem estado presentes na sessão a
22 que a Ata diz respeito.
23

24 **B) Informações**
25

26 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou ter sido recebido um ofício da Senhora
27 Presidente do Conselho de Administração da ARS sobre as acessibilidades ao novo Hospital
28 Central do Alentejo, que todos tinham em sua posse, alertando para o facto de haver uma certa
29 urgência em que a Câmara requeresse ao Ministro da Saúde a declaração de utilidade pública
30 para poder avançar com a expropriação dos terrenos anexos ao hospital, nos quais se
31 desenvolverão as acessibilidades públicas, da água, dos esgotos, e outras, o que poderia adiar
32 bastante a conclusão daquele processo. Considerou que era um assunto suficientemente
33 importante para não ficar apenas num ponto de informações e, portanto, iria propor à
34 Conferência de Representantes a convocação de uma sessão extraordinária da Assembleia
35 Municipal sobre aquela matéria.
36

37 **A deputada Clara Grácio** disse que o senhor Presidente da Assembleia fez o seu resumo
38 daquilo que ali estava, que concordava que era um assunto muito sério e muito urgente não
39 só para a Cidade como para a região e para o país, que também concordava com a convocação
40 de uma Assembleia Extraordinária, mas que todos pudessem ter mais informações, e como
41 não havia discussão, não havia uma presunção do que ali estava, porque o resumo tinha sido
42 feito por quem o fez, e que provavelmente como todos gostariam de intervir se calhar seria a
43 altura indicada.
44

45 **O Presidente da Assembleia Municipal** transmitiu que a 2ª Secretária, a deputada Nazaré
46 Lança, iria informar sobre o ponto da situação da Assembleia Municipal Jovem.
47

48 **A deputada Nazaré Lança** começou por lembrar que tinha sido votada e aprovada na
49 Assembleia Municipal a criação da Assembleia Municipal Jovem e informou que a Mesa da
50 Assembleia e os membros da Conferência de Representantes já tinham tido reuniões com os
51 representantes dos Estabelecimentos de Ensino, do nível secundário, que foram convidados.
52 Referiu que, no calendário inicial, estava prevista que a sessão da Assembleia Municipal

1 Jovem se realizasse entre janeiro e fevereiro, mas, nos contactos estabelecidos, os diferentes
2 Estabelecimentos de Ensino apontaram para a realização para abril, após o período de férias.
3 Salientou que já se tinham realizado eleições de deputados em três Estabelecimentos de
4 Ensino e que iriam fazer a votação dos temas a serem abordados, que aguardava ainda a
5 confirmação de dois Estabelecimentos de Ensino, mas que tudo indicava terem condições para
6 que a Assembleia Municipal Jovem se realizasse na segunda semana de abril.

7
8 **O Presidente da Assembleia Municipal** comunicou ter sido também recebido o Relatório
9 Anual da CPCJ e solicitou que a deputada Beatriz Cardoso apresentasse um resumo.

10
11 **A deputada Beatriz Cardoso**, em relação ao relatório, disse que as representantes da
12 Assembleia Municipal, que foram eleitas para a CPCJ, tinham o objetivo de requerer que fosse
13 agendada na Ordem do Dia, da próxima Assembleia Municipal, a apresentação daquele
14 documento pela respetiva Presidente da CPCJ, pela sua importância e por ser uma
15 obrigatoriedade prevista na Lei. Esclareceu que apenas integrava a Comissão Alargada e,
16 portanto, não tinha participado na sua elaboração, mas apenas na sua aprovação. Realçou a
17 importância daquele relatório que expunha quais eram as problemáticas que mais se
18 verificaram, relativamente às crianças e jovens no concelho, para que todos os membros da
19 Assembleia pudessem ter a noção.

20
21 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

22
23 **O Presidente da Câmara** manifestou a sua surpresa por o Senhor Presidente da Assembleia
24 ter informado que a Assembleia Municipal tinha recebido uma carta da Senhora Presidente da
25 ARS, da qual não teve conhecimento, e referiu que, em relação à questão das acessibilidades
26 e da rede de água e saneamento, têm, em conjunto com a ARS, procurado encontrar, numa
27 situação complexa, as soluções para aqueles problemas.

28
29 Relembrou que em junho do ano passado, quando o Governo esteve em Évora, a Câmara e o
30 Governo assinaram um Protocolo sobre a questão das acessibilidades e da rede de água e
31 saneamento, depois de uma negociação que se prolongou durante algum tempo, em que
32 naquele protocolo, conforme já tinha sido estabelecido há muito tempo, ficou claro que a
33 responsabilidade das expropriações dos terrenos era do Governo e ficou escrito que era a
34 Administração Regional de Saúde que tinha de assegurar aquelas expropriações e o
35 pagamento dos custos envolvidos, num valor que se estimou, na altura, em 700 mil euros, o
36 que constava do ponto número 6 da cláusula 2ª daquele Protocolo.

37
38 Esclareceu que tinham estado à espera que aquele assunto fosse desenvolvido para que
39 pudessem lançar o concurso, uma vez que não podiam lançá-lo sem ter os terrenos disponíveis,
40 e que foram surpreendidos, no dia 28 ou 29 de dezembro, com uma carta da ARS que dizia
41 que tinha recebido um parecer jurídico, salvo erro do Ministério da Coesão, dizendo que afinal
42 quem deveria tratar das expropriações era a Câmara.

43
44 Perante aquela situação, pediu uma reunião, com urgência, que se realizou no dia 8 de janeiro,
45 em que manifestaram a surpresa da Câmara, porque não entendiam qual a razão de ter que ser
46 a Câmara a fazê-lo, mas disseram que não seria por eles que aquele assunto iria ficar pendente.
47 Manifestaram, assim, toda a disponibilidade para tratar do assunto e, nessa mesma reunião,
48 disponibilizaram a Chefe da Divisão Jurídica da Câmara para tomar conhecimento dos
49 documentos, que obviamente não conheciam, que a ARS teria para desenvolverem e
50 prepararem aquele processo, se correspondesse à Câmara fazer aquelas expropriações, e, ao
51 longo de duas semanas, foram transferidos documentos que foram analisados e retificados,

1 portanto foi realizado um trabalho naquele sentido, mas o Presidente da Câmara e a Senhora
2 Presidente da ARS constataram que o protocolo que tinham assinado com o Governo, a 20 de
3 junho, salvo o erro, tinha de ser alterado porque previa que fosse o Governo a fazer aquilo e a
4 financiar as expropriações.

5
6 Referiu que, de imediato, fizeram uma proposta ao Governo no sentido de se realizar a
7 alteração do protocolo naquela cláusula e aproveitarem, também, para atualizar o valor das
8 acessibilidades que, como estariam recordados, tinha ficado com um valor substancialmente
9 mais baixo do que o que estava previsto no projeto, por motivo da candidatura que estava a
10 decorrer, na altura, para o novo Hospital ao programa JASPER da União Europeia, e ficaram
11 a aguardar, mas não tiveram resposta até ao momento. Portanto, da parte da Câmara têm tudo
12 preparado para avançar desde que, naturalmente, como é compreensível, o protocolo fosse
13 alterado, mas sobretudo que o dinheiro fosse disponibilizado porque estava previsto o valor
14 de 700 mil euros, mas, aparentemente, pelos dados que têm aquele valor foi reduzido, porque
15 a avaliação dos terrenos terá apontado para um valor na ordem dos 450 mil euros, e aquele
16 valor tem que ser depositado de imediato assim que o processo avançar. Neste sentido,
17 precisam de dispor do dinheiro para poderem garantir as expropriações, pois a declaração terá
18 que ser emitida e nada impede que o Ministério a emita, mas continuam a aguardar para que
19 possam voltar a desencadear o processo porque, como já tinha dito, naquele momento da parte
20 da Câmara estava tudo preparado.

21
22 Sublinhou que aquela situação tem vindo a arrastar-se durante anos, e disse que não lhe
23 agradaria que depois de todos aqueles anos, com todos aqueles protocolos assinados,
24 procurassem acusar a Câmara de que as acessibilidades e a rede de água e saneamento não
25 estariam prontas a tempo do Hospital porque a Câmara não tinha desenvolvido os processos
26 adequados, portanto, deixou ali aquele alerta porque ou as coisas de facto avançavam, ou
27 corriam, de facto, aquele risco, mas que depois não atirassem a responsabilidade para quem
28 não a tinha.

29
30 Sobre a Associação Évora 2027, confirmou que tinham pedido ao Senhor Presidente da
31 Assembleia a antecipação da Assembleia para antes do dia 20, e que iria abordar aquele
32 assunto também na Informação da Atividade da Câmara, porque estava prevista a criação
33 formal da Associação Évora 2027, com todos os membros da Comissão Executiva, a ter lugar
34 no Palácio D. Manuel, a partir das 14h, e precisavam de ter a documentação necessária da
35 adesão da Câmara àquela Associação e que a Assembleia Municipal tinha que se pronunciar
36 sobre aquela matéria para que a Câmara pudesse assinar, se fosse aprovada na Assembleia
37 Municipal a Adesão àquela Associação.

38
39 **O deputado Bruno Martins** mencionou que aquela missiva da Presidente da ARS era a
40 resposta a um e-mail enviado no dia 26 de janeiro, portanto, gostaria de saber se os eleitos e
41 as eleitas poderiam ter acesso àquele pedido de esclarecimento feito pela Assembleia
42 Municipal de Évora, à Presidente da ARS, que levou àquela resposta, para terem o processo
43 todo e não só a resposta, mas também a pergunta que foi efetuada.

44 Alertou que estavam a assistir a uma discussão política sem qualquer controle de tempo e
45 considerou que isso não era salutar, portanto, solicitou à mesa que numa próxima reunião da
46 Assembleia Municipal o ponto de informações fosse para informações da Assembleia
47 Municipal, da Câmara Municipal e para o respetivo debate político.

48
49 **O Presidente da Assembleia Municipal** considerou que a seu ver não haveria nenhuma
50 discussão política, porque foi apenas uma informação que facultou, que todos têm e que fez o
51 seu resumo, e também que o Senhor Presidente da Câmara deu uma informação em que não

1 houve lugar a um debate político. Em relação ao email enviado à Senhora Presidente da ARS
2 no passado dia 26 de janeiro, poderia, efetivamente, ser disponibilizado.

3
4 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que receberam 1 Voto de Pesar e 1 Moção,
5 e solicitou à bancada da Coligação Mudar com Confiança que procedesse à apresentação do
6 **Voto de Pesar pela morte de Alexei Navalny**.

7
8 **O deputado Francisco Figueira** procedeu à leitura do Voto de Pesar à Assembleia, o qual se
9 transcreve na íntegra:

10 *“Perdeu ontem a vida, Alexei Navalny, que se encontrava em cativeiro numa colónia penal*
11 *na Sibéria, por lutar pela liberdade do povo Russo, pelo empoderamento da sociedade civil*
12 *russe e pela democratização da federação Russa.*

13 *Advogado de profissão, ganhou popularidade ao denunciar a corrupção endémica do regime*
14 *russo, notabilizando-se por organizar protestos populares que visavam denunciar o regime e*
15 *promover reformas democráticas e anticorrupção.*

16 *Em agosto de 2020 sobreviveu a uma tentativa de homicídio por envenenamento através de*
17 *Novichok, que a comunidade internacional atribuiu aos serviços secretos russos. Tendo*
18 *sobrevivido, regressou a Moscovo, onde foi detido e aprisionado em condições consideradas*
19 *degradantes.*

20 *Em 2021, foi-lhe atribuído pelo Parlamento Europeu o Prémio Sakharov, a maior*
21 *homenagem prestada pela União Europeia, ao trabalho desenvolvido em prol dos direitos*
22 *humanos.*

23 *A Assembleia Municipal de Évora presta homenagem a Alexei Navalny, um destemido lutador*
24 *pelos direitos humanos, que com invulgar coragem enfrentou a ditadura de Vladimir Putin,*
25 *lutando pela liberdade e pela democracia na Federação Russa.”*

26
27 **A deputada Elmina Lopes** disse querer renovar, veemente, o protesto da sua bancada sobre
28 a forma como aquele assunto da discussão das moções foi tratado, e informou que, apesar de
29 estarem a falar de uma pessoa que já teve um passado criminal, que foi condenado por
30 corrupção, muito antes de ser opositor, não acompanhando algumas das afirmações, a CDU
31 iria abster-se naquela Moção.

32
33 **O deputado João Sousa** mencionou a alínea f), do nº 1 do Art.º 34 do Regimento da
34 Assembleia Municipal que refere “recomendações, propostas e moções sobre assuntos de
35 marcado interesse para o Concelho”; salientando que gostava de vislumbrar naquelas moções,
36 e noutras que já foram apresentadas naquela Assembleia, qual era o interesse que tinham para
37 o concelho, porque estão ali a perder tempo a discutir coisas que não têm interesse para o
38 concelho, e não estava em causa o conteúdo das moções, o que estava em causa era que
39 estavam ali a perder tempo e que não tinha sido para isso que tinham sido eleitos.

40 Reforçou o pedido à bancada da Coligação Mudar com Confiança, e a todas as outras, que
41 não sujeitassem a Assembleia àquela perda de tempo, relativamente à entrega dos documentos
42 em cima da hora, mas lembrou que já tinham ali feito um acordo, que ficou registado em
43 ata, a que deveriam ter atenção porque havia pessoas que trabalhavam e não tinham tempo
44 para estarem a ver aquelas coisas todas em tempo útil e de forma a produzirem alguma coisa
45 com mais qualidade. Afirmou que a sua bancada não vai apresentar coisas em cima da hora,
46 porque foi uma das reclamações que ali fizeram, que aquelas moções não tinham interesse
47 para o Concelho, que o Senhor Presidente até as poderia ter rejeitado porque não se enquadram
48 no Regimento em vigor.

1 **O deputado Francisco Figueira** disse que era do entendimento da sua bancada, que a
2 liberdade e a democracia eram do máximo interesse para todos os cidadãos portugueses,
3 incluindo para todo o povo da cidade de Évora.

4
5 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver pedidos de intervenção,
6 submeteu a presente Moção a votação.

7
8 **Deliberação do Voto de Pesar pela morte de Alexei Navalny**”:

9 **Aprovada por maioria**, com 25 votos a favor (13 do PS, 5 da Coligação Mudar com
10 Confiança, 3 do MCE, 1 do BE, 1 do MICAZA, 1 do MMPI e 1 do Chega), 8 abstenções da
11 CDU, com 33 presenças verificadas.

12
13 **A deputada Clara Grácio** apresentou a seguinte **Declaração de Voto**:

14 *“A CDU absteve-se tendo em conta e secundando a opinião que da ONU, nomeadamente a*
15 *existência de uma Comissão Independente que averigüe os factos sobre aquela questão e não*
16 *fazendo juízo de valor a priori e de uma forma qualificativa, portanto, secundarão sempre*
17 *aquilo que for o resultado dessa Comissão Independente da ONU.”*

18
19 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à bancada da Coligação Mudar com
20 Confiança que procedesse à apresentação Moção **“Condenação da Invasão Russa da**
21 **Ucrânia, pelo apoio a uma Ucrânia, livre, independente e soberana”**.

22
23 **O deputado Francisco Figueira** procedeu à leitura da Moção à Assembleia, a qual se
24 transcreve na íntegra:

25 *“No dia 24 de fevereiro de 2024, assinalam-se 2 anos sobre a invasão Russa da Ucrânia,*
26 *data que marca o início de uma guerra de agressão contra o povo ucraniano, com a intenção*
27 *de pôr termo à sua soberania, através da anexação do seu território.*

28 *A Rússia, pela via da agressão e da ocupação militar, pretende negar à Ucrânia o seu direito*
29 *a existir como país independente e soberano, subjugando violentamente a liberdade de um*
30 *povo e a sua cultura e modo de vida; violando declaradamente a carta das nações unidas e o*
31 *direito internacional.*

32 *O povo da cidade de Évora, desde as primeiras horas do início desse crime bárbaro,*
33 *manifestou a sua firme condenação e repúdio pela agressão ao povo ucraniano; tendo*
34 *adotado uma generosa e empenhada postura de solidariedade, apoio e acolhimento*
35 *humanitário ao povo ucraniano e à comunidade ucraniana que reside e trabalha na região.*

36 *A Assembleia Municipal de Évora, assinalando a passagem do segundo ano do início da*
37 *invasão russa, volta a condenar a agressão russa ao povo ucraniano e a invasão do seu*
38 *território soberano; manifestando o seu total apoio e solidariedade ao povo ucraniano*
39 *agredido, e à comunidade que reside e trabalha na região de Évora e do Alentejo.*

40 *Reconhecendo a Ucrânia como um país livre, independente e soberano, com respeito pela*
41 *sua integridade territorial dentro das fronteiras legítimas, reconhecidas internacionalmente*
42 *desde 1991.*

43 *Apelando à comunidade internacional para que mantenha e reforce o apoio humanitário,*
44 *económico e militar à Ucrânia, de forma a permitir-lhe repelir a agressão russa, e expulsá-*
45 *las para além dos limites das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas.”*

46
47 **A deputada Elmina Lopes** referiu que a Coligação Mudar com Confiança já tinha
48 apresentado aquela temática em reuniões anteriores e que sabia perfeitamente quais as
49 posições das várias forças políticas, relativamente àquele assunto e que existiam
50 entendimentos diferentes explicitamente sobre questões muito concretas, nomeadamente
51 sobre o início do conflito que não foi há 2 anos, infelizmente, porque muito antes do início

1 daquele conflito já tinham morrido milhares de ucranianos. Considerou que a questão
2 fundamental é que aquela Moção apelava ao fortalecimento da guerra e que são pela paz, que
3 são pelo cessar da conflitualidade na Ucrânia, na Palestina e em todo o mundo, portanto seria
4 impensável que fossem apoiar uma Moção onde se defendia manter e reforçar o apoio
5 económico e militar à Ucrânia, o que era inqualificável porque são contra o aprofundamento
6 dos conflitos militares e são a favor da resolução pacífica dos conflitos, negociada em
7 cooperação entre todos os povos, portanto, era inqualificável uma Moção em que a Câmara
8 de Évora apoiou os refugiados ucranianos, as pessoas que fugiram do conflito. Mencionou
9 que estavam todos de acordo que as pessoas que sofriam em zonas de conflito deviam ser
10 apoiadas, ser protegidas, mas não estavam de acordo que se tomasse posição sobre a forma de
11 resolução de um conflito e, acima de tudo, são contra Évora propor o envio de armas para a
12 Ucrânia, como solução para aquele conflito, portanto, voltou a clarificar que não têm
13 problemas em discutir moções sobre a Ucrânia, mas têm uma posição diferente sobre aquele
14 conflito e o que queriam era que ele cessasse e contribuíssem para a paz, e que não enviassem
15 apoio militar para zonas de conflito.

16
17 **O deputado João Simas** recordou que, na própria Moção, havia um certo incentivo à guerra
18 e que deveriam enviar aquela Moção para os que andaram a apoiar a Ucrânia durante uma
19 série de tempo e que andaram a protelar, como foi o caso dos Estados Unidos e da União
20 Europeia, mais apoio e chamou a atenção que a Comunidade Internacional não era unânime e
21 que grandes países, não apenas a China, a Índia e a África do Sul, têm tido uma posição
22 divergente da União Europeia e dos Estados Unidos e também que não havia apenas um povo
23 ucraniano, havia pessoas na Ucrânia que falavam ucraniano, húngaro e uma grande
24 percentagem falava russo, e não tem sido considerada aquela questão, portanto, dever-se-ia
25 avançar para a Paz e ter em conta os povos interessados.

26
27 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e não
28 verificando mais pedidos, submeteu a presente Moção a votação.

29
30 **Deliberação da Moção “Condenação da Invasão Russa da Ucrânia, pelo apoio a uma**
31 **Ucrânia, livre, independente e soberana”:**

32 **Aprovada por maioria**, com 25 votos a favor (13 do PS, 5 da Coligação Mudar com
33 Confiança, 3 do MCE, 1 do BE, 1 do MICAZA, 1 do MMPI e 1 do Chega), 7 votos contra da
34 CDU e 1 abstenção da CDU, com 33 presenças verificadas.

35
36 **O deputado Bruno Martins** apresentou a seguinte **Declaração de Voto:**

37 *“O Bloco de Esquerda apoiou esta Moção de Condenação deixando claro que todo o apoio*
38 *humanitário, económico e militar à Ucrânia não deve ser encarado como um reforço da*
39 *guerra, mas sim como um importante exercício do Direito Internacional consagrado de cada*
40 *território poder defender os seus limites e defender a sua população e também, obviamente,*
41 *que qualquer apoio militar deve ser destinado para que cada País possa exercer o seu direito*
42 *pela luta e da defesa da sua autodeterminação.”*

43
44 **A deputada Clara Grácio** apresentou a seguinte **Declaração de Voto:**

45 *“A CDU votou contra esta Moção, mas, e na Declaração de Voto assim enfatizo, que está*
46 *solidária com o povo ucraniano e pura e simplesmente porque não consideramos que apoiar*
47 *o povo ucraniano é aumentar a escalada da guerra e esta Moção diz exatamente reforçar a*
48 *parte militar e é exatamente por isso que a CDU não pode, obviamente, estar ao lado de um*
49 *apoio e de um aumento de uma escalada da guerra aliás como noutras situações e ninguém*
50 *pode estar, obviamente, descansado quando já morreram 15 mil crianças na Palestina e*
51 *quando já morreram 6 jornalistas na Palestina e, portanto, neste caso não é possível, é cessar*

1 *fogo, é pacificamente, é com diálogo que se resolvem estas escaladas militares porque senão*
2 *quem sofre realmente são os povos que não tiveram culpa nenhuma destas escaladas e que*
3 *morrem sucessivamente.”*
4

5 **A deputada Paula Pita apresentou a seguinte Declaração de Voto:**

6 *“O MCE votou a favor desta Moção, embora conteste a sua entrega fora de horas que é o*
7 *manifesto de respeito não só pelos membros desta Assembleia mas também pelos funcionários*
8 *que colaboram no seu desenvolvimento mas, de facto, respondendo ao nosso colega, nós*
9 *somos pela Liberdade e é só por essa razão que votámos a favor das duas moções, e também*
10 *quero dizer-vos, só para ver a diferença entre nós, é que nós também tínhamos uma Moção*
11 *que entregamos fora de horas mas retirá-la porque achamos que era um desrespeito pelos*
12 *outros.”*
13

14 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao Ponto III, da Ordem do Dia.

15
16 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam aos pontos apresentados pela
17 Assembleia Municipal.

18 19 **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

20 21 **1. Criação da Comissão da Assembleia Municipal organizadora das** 22 **comemorações do 50º Aniversário do 25 de Abril** 23

24 **O Presidente da Assembleia Municipal** recordou que, por proposta da Coligação Mudar
25 com Confiança, foi aprovado que a Assembleia Municipal se associasse às comemorações do
26 25 de Abril por iniciativa própria, mas para que tal acontecesse era preciso que houvesse uma
27 proposta para que se organizasse qualquer coisa e, naquele sentido, solicitou aos grupos
28 políticos que informassem os nomes dos seus representantes para aquela Comissão que,
29 naturalmente, teria que ser aprovada pela Assembleia, pelo que informou que os nomes para
30 aquela Comissão eram os seguintes: pelo Partido Socialista o deputado Luís Pardal, pela
31 Coligação Mudar com Confiança o deputado Francisco Figueira, pelo Movimento Cuidar de
32 Évora a deputada Maria Paula Pita, pela CDU a deputada Gertrudes Pastor, pelo Bloco de
33 Esquerda o deputado Bruno Martins e pelo Chega o deputado Ricardo Cardoso.
34

35 **O Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração a proposta apresentada e, não
36 havendo pedidos de intervenção, submeteu a mesma a votação.
37

38 **Deliberação de Criação da Comissão da Assembleia Municipal organizadora das** 39 **comemorações do 50º Aniversário do 25 de Abril 4:**

40 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 33 presenças.
41

42 **O Presidente da Assembleia Municipal** concluiu que aquela Comissão teria que reunir e refletir
43 sobre o modo como a Assembleia iria participar nas comemorações do 50º Aniversário do 25
44 de Abril.

45 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam aos pontos apresentados pela
46 Câmara Municipal.
47

48 **2. Plano Local de Habitação – Apresentação** 49

50 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.
51

1 **O Presidente da Câmara** realçou que sendo um ponto de apresentação era também um ponto
2 de situação relativamente ao Plano Local de Habitação que, como sabiam, estava em curso no
3 concelho, pelo que solicitou à Dra. Susana Mourão, Coordenadora da Unidade de Habitação
4 e Reabilitação Urbana da Câmara Municipal e, simultaneamente, responsável pelo Plano
5 Local de Habitação, que efetuasse uma apresentação sintética do Plano e do ponto de situação
6 atual.

7
8 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra à Dra. Susana Mourão para a
9 realização da apresentação, cujo documento faz parte integrante da presente Ata.

10 *“PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO - Relatório”*

11
12 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu à Dra. Susana Mourão a exposição
13 detalhada e disse que gostariam de poder dispor da apresentação, se fosse possível, porque
14 certamente os(as) deputados(as) gostariam de a rever, com calma.

15
16 **O Presidente da Câmara** realçou que tem sido um trabalho muito exigente para a equipa,
17 sobretudo porque tem sido realizado com o contacto direto com os beneficiários, com
18 atendimentos permanentes, com vitórias, com trabalho técnico, que é muito complicado, e,
19 sobretudo, com a preocupação de poderem chegar a um conjunto de famílias que têm muita
20 dificuldade em apresentar candidaturas, mas que são também aquelas que, na maior parte dos
21 casos, têm mais necessidade de candidaturas e, portanto, tinham ali a componente do
22 Município, a componente da Habévora e a componente das várias Instituições que estavam a
23 colaborar com a Câmara naquela área.

24
25 Salientou que efetuaram um levantamento do conjunto de casas do Estado que, no entender
26 da Câmara, poderiam ser mobilizadas para o Plano Local de Habitação, sendo identificadas e
27 entregues ao Governo as suas identificações, salvo erro seriam 38 casas devolutas que
28 poderiam ser rapidamente mobilizadas para serem recuperadas, as que tivessem essa
29 necessidade, e serem colocadas à disposição de quem necessita.

30
31 Transmitiu que estavam ainda a fazer um levantamento de algumas áreas que entenderam
32 poder ser mobilizadas para habitação e destacou, uma delas que era talvez a mais importante,
33 porque tinham várias em causa, que ficava no Bacelo, na zona do viveiro, que no entender da
34 Câmara poderia perfeitamente ter um projeto capaz, com uma zona verde e habitação, que o
35 seu levantamento e estudo estavam feitos e esperavam que houvesse abertura por parte da
36 Administração Central para poderem também mobilizar aquela área para, por um lado, a
37 requalificar, porque estava abandonada, e por outro lado a poderem mobilizar para habitação.

38
39 Concluindo, o **Presidente da Câmara** reafirmou que o Plano Local de Habitação estava a
40 decorrer e que até março iriam submeter um conjunto muito vasto de candidaturas, como aliás
41 foi ali apontado, o que significava que nas próximas reuniões de Câmara seria abordado um
42 conjunto de áreas, das quais salientou, em particular, a questão do Escurinho, também como
43 exemplo, porque era um bairro que estava degradado há dezenas de anos, em que se previa
44 que todo aquele bairro desaparecesse e fosse construído um novo bairro, aumentando
45 significativamente o número de habitações e com qualidade, embora fosse uma operação algo
46 complicada porque têm cerca de 60 famílias e, portanto, têm de encontrar forma de as realojar
47 durante o período da obra, mas era uma situação que estava a ser estudada e que acontecia
48 naturalmente também noutros pontos, no entanto esta seria, talvez, a operação mais complexa
49 que iriam ter.

1 **Os/as Deputados/as** de todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal,
2 sobre as matérias apresentadas no Plano Local de Habitação, intervieram colocando dúvidas
3 e questões, as quais foram prontamente respondidas pela Dra. Susana Mourão.
4

5 **O Presidente da Câmara** em relação aos valores de mercado, salientou que o problema atual
6 do mercado habitacional não era um problema de mercados locais, sim um problema de
7 mercados de dimensão internacional, com um impacto significativo nos locais, e que
8 significava que mesmo as intervenções locais não tinham a capacidade para ultrapassar as
9 dinâmicas que são introduzidas nos mercados locais pelos agentes internacionais, portanto,
10 era um dado importante que exigia um outro tipo de política nacional, que permitisse intervir
11 àquele nível.
12

13 Destacou que foram enviadas centenas, senão milhares, de cartas às famílias que conseguiram
14 detetar, no sentido de procurar mobilizá-las, mesmo aquelas com mais dificuldades, e ajudá-
15 las a efetuar as candidaturas. Foi um trabalho de grande dimensão em que as cartas chegaram
16 a todas as famílias, sendo que um conjunto delas não respondeu, e nalguns casos até foram
17 bater à sua porta, estando a prestar ajuda e apoio nas candidaturas.
18

19 Relembrou que existiam várias tipologias de apoio, não apenas no Plano Local de Habitação,
20 mas também ao nível da Habévora, e, portanto, em relação às famílias monoparentais, que de
21 facto têm vindo a aumentar significativamente e que tem atualmente um peso que não tinham
22 antes, estão a ser consideradas as várias tipologias de habitação.
23

24 Em relação à questão do apoio aos sem abrigo, realçou que tinham um projeto próprio que
25 procuraria responder a uma parte daquela situação, mas era um processo complexo porque
26 nem todos aceitavam aquele apoio, mas iam procurar dar resposta por aquela via.
27

28 Informou que a Câmara estava a prever ainda um conjunto de outras intervenções, que seriam
29 apresentadas ao longo dos próximos meses, destacando que iriam procurar disponibilizar lotes
30 municipais para autoconstrução num conjunto de freguesias, incluindo as freguesias rurais,
31 embora aquela questão de lotes para autoconstrução tenha apresentado um problema que tinha
32 a ver com a questão burocrática do seu registo, porque a apresentação do processo de compra
33 por quem quisesse vender à Câmara não iria ser fácil devido aos valores que estavam
34 identificados nos custos padrão, para que a Câmara pudesse comprar um conjunto
35 significativo de habitações para disponibilizar a quem necessitasse.
36

37 **O Presidente da Câmara** considerou que a questão era, de facto, aquelas políticas de
38 habitação que não iriam resolver o problema de habitação, nem cá nem no país, e que era uma
39 responsabilidade política que obviamente deveria ser tomada a sério, porque estariam a
40 enganar as pessoas ao dizer que o que estava proposto para o país, naquelas políticas, iria
41 resolver o problema da habitação, mas não, porque serão necessárias outras medidas,
42 nomeadamente de intervenção em termos do mercado, sobretudo o que vinha do mercado
43 internacional, de forma clara em particular na questão dos preços.
44

45 Relativamente à Malagueira, informou que tem sido avaliada separadamente porque têm a
46 hipótese de considerar diferentes possibilidades, quer através da cedência de lotes para
47 autoconstrução, quer com uma cooperativa de habitação trabalharem aquelas áreas, tendo em
48 conta o plano inicial da Malagueira e os anos que, entretanto, passaram com a sua adaptação
49 às necessidades. Realçou que a Malagueira tem estado a ser especificamente tratada, como
50 especial que era, não apenas àquele nível, mas também ao nível da reabilitação, como por
51 exemplo da conduta e de outro tipo de situações, portanto têm uma visão específica para o
tratamento da Malagueira, incluindo as questões de habitação.

1
2 Concluindo, o **Presidente da Câmara** sobre a Unidade de Habitação e Reabilitação Urbana,
3 realçou que foi criada exatamente para aquele trabalho e com aquela equipa, que tem por
4 detrás um conjunto de outros técnicos, salientando os técnicos da Divisão de Ordenamento e
5 Reabilitação de Urbana, que são aqueles que acompanham todos os projetos que a Unidade
6 propõe, e os técnicos da Área Social, portanto, a equipa era mais vasta e gostariam que fosse
7 maior, embora a reforcem conforme as necessidades, mas estavam focados naquilo que era
8 fundamental, tendo em conta as exigências legais, que era a equipa responder positivamente.
9

10 **3. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem**
11 **como a situação financeira do mesmo** – Para conhecimento.
12

13 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.
14

15 **O Presidente da Câmara** lembrou que foi distribuído o documento sobre aquela matéria,
16 como era habitual, e destacou algumas informações adicionais.
17

18 Salientou que estava a decorrer a elaboração do programa das comemorações dos 50 anos do
19 25 de Abril, conforme tinha sido decidido, com grande participação e propostas das
20 associações e instituições locais, como já tinha sido o tema no Carnaval e o concerto no Teatro
21 Garcia de Resende para sinalizar a data.
22

23 Sugeriu ao senhor Presidente da Assembleia bem como à Comissão, agora criada no âmbito
24 das respetivas competências da Assembleia Municipal, que se justificaria haver uma Sessão
25 Solene sobre o 25 de Abril, que pudesse ser realizada naquele dia, eventualmente à tarde, e,
26 naturalmente, com a disponibilidade da Câmara para articular, com a Comissão, o trabalho.
27

28 Lembrou que passaram e tinham sido assinalados os 100 anos das vilas de São Manços e de
29 São Miguel de Machede.
30

31 Assinalou que a passagem de ano tinha tido uma grande procura turística, bem como o Canto
32 das Janeiras, com a participação de 16 grupos locais.
33

34 Salientou a inauguração do Centro de Convívio do Bairro de Santo António, que estava
35 abandonado há quase 20 anos.
36

37 Comunicou que tinham estado a acompanhar os constrangimentos no Hospital do Espírito
38 Santo, acerca do helicóptero do INEM.
39

40 **O Presidente da Câmara** concluiu informando que tinha terminado a discussão pública
41 formal da alteração do PDM, com mais de 80 participações e que estavam, presentemente, a
42 avaliar aquelas participações para procederem ao seguimento ao processo.
43

44 **O Deputado Francisco Brito** disse pretender colocar algumas questões ao Senhor Presidente
45 da Câmara Municipal, nomeadamente em relação à recolha de resíduos sólidos urbanos no
46 Centro Histórico, tendo identificado, por diversas vezes, a necessidade de aumentar a
47 capacidade de recolha porque se trata de um Centro Histórico classificado, que merecia uma
48 atenção e um esforço por parte do Executivo Municipal, para que se conseguisse resolver
49 aquele problema. Referiu, ainda, a situação dos contentores subterrâneos, nomeadamente no
50 Largo dos Mercadores, no Chão das Covas e na Rua das Fontes, que estavam sem ser
51 utilizados, por motivo de uma avaria no equipamento, que teve conhecimento de que já teria

1 sido reparada, e perguntou se era de facto verdade ou não porque realmente continuavam sem
2 estar a funcionar e as pessoas idosas que vivem no Centro Histórico tinham muita dificuldade
3 em utilizar os contentores exteriores que foram colocados.

4 Relativamente às questões do urbanismo, referiu a existência de uma plataforma Municipal
5 para emissão de plantas de localização que não estava a funcionar, sendo que para a submissão
6 de um projeto à Câmara Municipal têm que pedir as referidas plantas e têm que ser pagas,
7 como consta no Regulamento Municipal de Taxas, portanto deveriam estar a funcionar as
8 plataformas digitais em Évora, no que toca ao urbanismo, destacando a necessidade de dar
9 aquele passo em relação ao Património.

10 Sobre o pinheiro na Torre do Aqueduto, na Estrada de Arraiolos, referiu que continuava a
11 crescer, lembrou que tinha avisado a Câmara Municipal em 2019 e que em abril, do ano
12 passado, tinha ali falado naquele assunto e questionou porque não tinha sido intervencionado.
13 Em relação aos grafitis no Centro Histórico, lembrou que existia um plano de intervenção
14 da Câmara Municipal, previsto no Plano de Atividades, para que fossem tapados, mas que não
15 tem estado a acontecer e perguntou qual o ponto daquela situação, assim como a limpeza das
16 arcadas e dos pavimentos das arcadas em que a União das Freguesias de Évora já se
17 disponibilizou para colaborar com o Município, apesar de apenas terem um trabalhador
18 operacional para todo o Centro Histórico e não terem competência de higiene e limpeza
19 urbana, para que fosse possível atuar em conformidade.

20 Sobre o parque da Porta da Avis, disse que já há muito tempo a Câmara Municipal tinha tido
21 a oportunidade de comprar aquelas casas que estão na muralha, e não o fez, que naquele
22 momento existiam situações de ocupação que nem as forças policiais têm conseguido resolver
23 e até já existia no espaço público, em frente àquelas casas uma tenda, não se sabendo se estava
24 ou não a ser utilizada, portanto, estava em domínio Municipal e quis saber se a Câmara
25 Municipal já tinha realizado alguma ação de fiscalização, dentro das suas competências, sobre
26 aquela matéria.

27 Concluiu mencionando que tinha sido recebido o Embaixador do Irão pelo Senhor Presidente
28 da Câmara e que a comunicação da Câmara Municipal expôs que tinham sido tratados temas
29 de interesse comum, portanto questionou quais tinham sido os temas de interesse comum com
30 um país que mata pessoas por não usarem corretamente o véu islâmico.

31
32 **O Deputado João Simas**, em relação à questão dos contentores do Centro Histórico, disse
33 que eles têm uma tampa pequena e que a maior parte das pessoas não teria dificuldade em
34 abri-la, mas que o grande problema eram as pessoas que depositam caixotes que tapavam
35 imediatamente a abertura sendo quase impossível colocar lá alguma coisa, a seguir, existindo,
36 assim, várias questões entre as quais a do civismo.

37
38 **O Deputado Francisco Brito** concordou que aquela questão era uma evidência, mas
39 esclareceu que o que tinha dito, em relação aos contentores exteriores colocados, foi que eram
40 mais altos e as pessoas idosas tinham dificuldade em abri-los.

41
42 **O Deputado Gonçalo Costa** informou que, recentemente, tinha consultado o site da Câmara
43 Municipal para ter acesso a um documento e que o site continua completamente desatualizado,
44 assim como os Regulamentos aprovados, das diferentes Comissões, portanto, recomendou ao
45 Executivo que tentasse que aquela situação fosse ultrapassada para que qualquer cidadão, que
46 tivesse interesse em consultar determinada informação, encontrasse os documentos mais
47 recentes à sua disposição.

48 Relativamente ao Salão Central questionou se realmente já estaria em condições de ser
49 devolvido à população para o seu usufruto, uma vez que reiteradamente tem colocado aquela
50 questão e continua sem conhecer a evolução da situação.

1 Sobre existir, por vezes, falta de civismo de algumas pessoas, disse concordar, sem dúvida,
2 com o comentário da CDU e que não seria, certamente, o Município a ter a capacidade para
3 resolver, no entanto referiu que naquele grande jardim verde, na zona da Horta das Figueiras,
4 existia lixo amontoado há mais de 15 dias e que não viu qualquer esforço de limpeza, de
5 salubridade e de higiene, sendo situações com que se deparavam frequentemente.

6 Em relação à limpeza da cidade, considerou que já não era uma situação tão grave como aquela
7 que tinham tido, mas continua sem ser suficiente para dar resposta a uma Cidade Património
8 Mundial da Humanidade, nomeadamente o Centro Histórico não tem tido uma limpeza e uma
9 salubridade adequadas às exigências que tais requisitos envolvem, portanto, mais uma vez, a
10 bancada Municipal do Partido Socialista reforçou a necessidade de a Câmara Municipal ter
11 uma atenção especial naquela matéria.

12
13 **A Deputada Paula Pita**, sobre a questão da limpeza, começou por dizer que tinha estado em
14 Gante, que era uma cidade com 200 mil habitantes, em que não há um único papel no chão,
15 não havia lixo em lado nenhum, portanto, pensa que aquilo também tinham a ver com a
16 questão de, se calhar, não haver recipientes em número suficiente no Centro Histórico, mas
17 também pela educação das pessoas e por isso pareceu-lhe, também, importante que houvesse,
18 cada vez mais, uma série de ações de sensibilização, não só junto das escolas, mas também
19 junto da população porque a cidadania também se educava.

20 Em relação à questão do Salão Central Eborense disse que no relatório anterior estava escrito
21 que o mesmo se encontrava em fase de manutenção e apetrechamento, com a realização das
22 instalações de ar condicionado e das torneiras mal instaladas, portanto poder-se-ia concluir
23 que, no espaço de 6 meses, não tinha acontecido nada no Salão Central, e disse que gostariam
24 também de saber quando seria a abertura para que a população pudesse usufruir porque
25 qualquer dia para abrirem o Salão Central têm de fazer uma nova requalificação do mesmo.

26 Relativamente ao Pavilhão Multiusos, perguntou para quando estaria prevista a sua
27 construção, porque, de acordo com o relatório, estava a ser elaborado o caderno de encargos
28 para a aquisição de serviços de produção, de estudo prévio e cláusulas técnicas para a conceção
29 e construção do pavilhão e das áreas envolventes, e considerou que se aquelas démarches
30 demorassem tanto como a reabilitação da ESAG e da Escola de Santa Clara receia que não seja
31 iniciada a construção em 2027. Acrescenta, ainda, que desde faz parte daquelas reuniões que
32 se fala da requalificação das duas escolas, no entanto a ESAG ainda estava na versão final do
33 programa funcional, para darem seguimento ao concurso do projeto requalificação e a Santa
34 Clara ainda estava na elaboração da proposta de metodologia sobre os documentos produzir
35 para o concurso, portanto, o que temia era que, de facto, começasse a Capital Europeia da
36 Cultura e continuassem à espera do Pavilhão Multiusos.

37
38 **O Deputado Luís Pardal** começou por dizer que a Junta de Freguesia, que preside, tem
39 apresentado um conjunto de propostas, de preocupações, à Câmara Municipal, no âmbito da
40 intervenção em espaço público e que muitas daquelas propostas não têm depois tido resposta
41 concreta sobre a sua concretização, sobre a sua viabilidade, de qual era a prioridade do
42 Município e, portanto, a questão que colocou foi quais eram as obras ou as intervenções, com
43 substância, que estavam previstas no espaço público da sua Freguesia e para serem iniciadas
44 nos próximos meses.

45 Em relação à Estrada dos Aliados, referiu que já havia uma obra que estava em curso, há
46 vários meses, mas que também estava parada há vários meses, para a construção do passadiço
47 e solicitou a informação sobre aquele assunto.

48 Sobre a ponte da Ecopista, cuja estrutura foi destruída, perguntou para quando estaria prevista
49 a sua reposição, sendo que era uma via estruturante do ponto de vista da prática desportiva de
50 saúde, de lazer, de socialização e que a sua falta estava a causar constrangimentos, inclusive
51 para pessoas com mobilidade reduzida, que a utilizavam para se deslocarem.

1 Relativamente à limpeza, lembrou que a Câmara Municipal tinha adjudicado a uma empresa
2 fazerem uma série de intervenções, pelo menos no tecido urbano e nas freguesias urbanas, que
3 eram da competência, gestão e operacionalização da Câmara Municipal, e solicitou a
4 confirmação se seria em abril que terminaria o contrato com aquela empresa e perguntou se a
5 Câmara Municipal já tinha despoletado a abertura de um novo processo para adjudicarem a
6 uma empresa aquela prestação de serviços, porque senão iriam chegar a abril, ou a maio, ou
7 junho, que era quando as ervas estavam em expoente, e não teriam resposta porque a Câmara
8 Municipal não a iria conseguir dar.

9
10 **A Deputada Elmina Lopes** sobre a questão da limpeza e do lixo, considerou que existia um
11 problema gravíssimo de educação ambiental e de educação cívica da parte das pessoas e deu
12 como exemplo a Escola Gabriel Pereira, que tem contentores, caixotes de lixo e papeleiras de
13 50 e 50 metros e diariamente uma pessoa a varrer, no entanto, depois do primeiro intervalo
14 fica lixo por todo o lado e as papeleiras ficam vazias, e era só deslocarem-se três passinhos
15 para porem o lixo nas papeleiras, portanto, considerou que era aterrador pensar que as pessoas
16 continuam a atirar o lixo para o meio do chão.

17
18 **O Deputado Ananias Quintano** começou por salientar que, na verdade, existia muita coisa
19 feita pela Câmara, quer obras nas escolas quer outras, mas que a Junta de Freguesia não tinha
20 conhecimento e considerou que, no mínimo, a Câmara deveria dar conhecimento à Junta de
21 Freguesia quando faz qualquer obra, que já tinha dado aquela indicação, mas que continuava
22 a acontecer não saberem o que se estava a passar, quando a Câmara fazia as suas atividades
23 na sua Freguesia.

24 Referiu que, ao longo dos últimos tempos, tinha tido reuniões mais ou menos periódicas em
25 que tinha colocado algumas questões, mas que havia uma questão que pretendia expor ali que
26 era sobre a estrada do Bairro da Casinha, para o Lar no Bairro da Casinha que estava
27 completamente esburacada, a ponto de as ambulâncias se recusarem a ir lá, portanto,
28 considerou que era uma situação grave e que se deveria resolver rapidamente.

29 Em relação à limpeza, reconheceu que tem tido melhorias, ao longo do tempo, mas que estava
30 ainda longe de ser o que a cidade precisava, pelo que, compreendendo que os elementos eram
31 poucos, sugeriu que se apostasse mais nas empresas porque se nota bem a diferença entre a
32 limpeza de uma empresa e a limpeza do pessoal da Câmara.

33
34 **A Deputada Clara Grácio** realçou a reabertura da Ludoteca, não se podendo esquecer que
35 em 1979 tinha sido inaugurada a primeira Ludoteca no País, pela mão de Josette Cardoso, e
36 em 1987 tinha sido inaugurado o Museu do Brinquedo. Lembrou que, verdadeiramente,
37 tinha dado impulso à abertura da Ludoteca tinha sido o direito das crianças brincarem, que era
38 um bem que a cidade tinha e que continuaria a ter com mais qualidade, sendo um marco muito
39 importante que deveria ser enfatizado.

40 Relativamente à limpeza, disse que era recorrente o que todos tinham dito e reconheceu que
41 eram realmente importantes as campanhas de sensibilização, que apoiava vivamente, para que
42 a memória e a imagem que se tinha dos Eborenses, dos Alentejanos, não fosse defraudada,
43 que na verdade se mantivesse, mas que só com todos se conseguiria levar a bom termo a
44 questão da limpeza.

45
46 **O Deputado Francisco Brito** esclareceu que ninguém tinha falado como se as pessoas
47 estivessem de má fé, não se tratava disso, que o problema era haver muita falta de civismo
48 não só na União das Freguesias de Évora, mas também em muitas outras Freguesias, e que
49 têm pedido à Câmara Municipal que houvesse uma campanha de sensibilização, e acreditava
50 que até já estavam a atuar, portanto, esperavam isso no terreno.

1 **A Deputada Paula Pita** reiterou que, quando apresentou o problema da limpeza, apresentou
2 também como uma das possíveis soluções aquela campanha de sensibilização não só nas
3 escolas, embora a questão da ambiental fizesse parte da educação para cidadania, mas também
4 junto da população, porque existem muitas pessoas que efetivamente não se dão ao trabalho
5 de colocar o papel ou a pastilha elástica no lixo, e as arcadas estão cheias de pastilhas elásticas
6 o que era horrível e não se via em mais lado nenhum, portanto, era importante a campanha de
7 sensibilização porque todos têm que cumprir e para tal têm de ser educados, e como disse, a
8 cidadania também se educa.

9
10 **O Deputado Bruno Martins**, sobre a questão da limpeza, disse que não reconhece que Évora
11 fosse um exemplo Nacional de um problema de limpeza brutal, ou que os Eborenses tivessem
12 um problema de cultura ecológica diferente do resto do país, que não era um problema de
13 Évora e que não seria agora uma campanha de sensibilização, em Évora, que alteraria as
14 dinâmicas da população de Évora e fossem um exemplo para todo o país e que, sinceramente,
15 aquele não era um problema grave do concelho.

16 Afirmou que, há uns anos, quando a gestão era do PS, o PS dizia que o problema eram os
17 cidadãos, agora o problema já não são os cidadãos era a Câmara e a CDU dizia ao contrário,
18 apontava a Câmara como o grande problema e agora já dizia que os cidadãos eram uns
19 malandros, portanto, seria melhor verem se realmente era um problema assim tão grave do
20 Município para estarem ali a debater tanto tempo, sabe que interessa porque as pessoas às
21 vezes protestavam por haver um bocadinho mais de lixo na rua, mas se calhar não era um
22 problema assim tão grave e também que era importante diferenciar aquilo que era o lixo no
23 espaço público daquilo que são as ervas, que não são a mesma coisa, o crescimento de ervas
24 não era lixo, lixo era outra coisa, portanto considerou que era bom também diferenciar aqueles
25 dois domínios.

26
27 **O Presidente da Câmara**, em relação à questão dos contentores subterrâneos nalgumas
28 zonas, confirmou que de facto têm tido um problema com o equipamento, que tinha a ver com
29 as ruas serem estreitas, e que para acederem àqueles equipamentos tinha de ser um carro mais
30 pequeno que, aparentemente, tinha um problema com a grua, portanto estavam a estudar, para
31 aquelas zonas, a alteração da recolha do lixo, até com a eventualidade do abandono daqueles
32 contentores e encontrar uma outra solução, e quando tivessem aquela proposta finalizada
33 abordariam a Junta de Freguesia sobre aquela matéria.

34
35 Relativamente à Plataforma Municipal de emissão de Plantas, admitiu não saber que não
36 estava a funcionar e que iria examinar o que passava.

37 Sobre o Pinheiro na Torre do Aqueduto, disse que desenvolveu pessoalmente aquela questão,
38 junto da Divisão Sociocultural, que por sua vez tinha contactado a Direção Regional de
39 Cultura, porque a intervenção era no Aqueduto e tinha uma série de problemas, esperava, de
40 facto, que tivesse havido uma solução rápida, mas aparentava ser mais complicada, e também
41 não compreendia a demora, pelo que iria saber qual o ponto da situação.

42
43 Quanto à questão dos grafitis no Centro Histórico, referiu que têm, de facto, apagado alguns,
44 que pretendiam ter uma brigada, pelo menos regular, mas que não tinha ainda sido possível e
45 que estavam a tentar resolver.

46
47 Acerca da limpeza do pavimento das arcadas, informou que tinham adquirido um equipamento
48 que esperavam que pudesse resolver aquela questão.

49
50 Relativamente às casas na Porta da Avis, transmitiu que tinha abordado aquele problema, na
51 última reunião de Câmara, com uma declaração sobre as questões de segurança, e também no

1 Conselho Municipal de Segurança e com a PSP, porque de facto não era aceitável aquela
2 situação, embora, a fiscalização municipal no espaço público tenha atuado sempre que era
3 possível, levantando autos repetidamente e desenvolvendo os processos, mas depois a situação
4 repetia-se. Quanto à situação concreta, que tinha sido colocada, teria que verificar.

5
6 Em relação ao Senhor Embaixador do Irão, esclareceu que, como com outros Embaixadores,
7 o recebeu para a apresentação de cumprimentos, que foi o que o Senhor Embaixador tinha
8 vindo fazer, e que também aproveitou para manifestar o interesse por parte do Irão em
9 estabelecer relações, sobretudo ao nível da Universidade de Évora, portanto ouviu e retribuiu
10 os cumprimentos, portanto, os assuntos de interesse foram fundamentalmente aqueles e por
11 isso também não foram desenvolvidos ao nível de notícia. Relembrou que o Irão era um país
12 reconhecido por Portugal, com quem têm relações diplomáticas normais e que recebe todos
13 os Embaixadores que pedem para ser recebidos.

14
15 Quanto a desatualização da página, admitiu que, de facto, tinham aquela situação num
16 conjunto de áreas em remodelação, que têm vindo a ser alteradas.

17
18 Sobre o Salão Central confirmou que se mantém o problema com o PT, embora finalmente
19 parecesse estar encaminhado, mas a E-REDES continuou sem transmitir uma data exata para
20 o ter a funcionar embora tivessem pressionado muito a empresa para que pudessem, pelo
21 menos, inaugurar o Salão Central no 25 de Abril, o que seria excelente, e reafirmou que o
22 Salão Central estava pronto a funcionar.

23
24 Relativamente ao Pavilhão Multiusos, mencionou que o processo estava em desenvolvimento,
25 que tinham conseguido que fosse apontado para a questão da conceção/construção, o que iria
26 permitir ganharem cerca de um ano, relativamente àquela matéria e, portanto, naquela base
27 esperavam que o tempo fosse suficiente.

28
29 Acerca da reabilitação da ESAG, lembrou que quando se falou que os famosos 2 milhões
30 de euros do antigo programa davam para a reabilitação da ESAG, sabiam que não dariam nem
31 para resolver os problemas mínimos e quando se constituiu, atualmente, a Comissão com o
32 Agrupamento de Escolas, com a DGEstE, com a Parque Escolar e com a Câmara, para
33 identificarem a necessidade de reabilitação da ESAG chegaram a um valor de 15 milhões de
34 euros, portanto, era aquele processo que estava em andamento e o compromisso que tinham,
35 porque a ESAG estava na lista acordada entre o Governo e a Associação Nacional de
36 Municípios, e haveria financiamento para a mesma.

37 Em relação à Estrada dos Aliados, referiu que tinham, de facto, um problema com o
38 empreiteiro que era sobretudo de falta de mão de obra e de ter também outras obras, mas iria
39 tentar perceber a situação.

40
41 Sobre a ponte de ferro informou que tinham uma solução apontada que estava a ser vista, mas
42 pensaram poder utilizar uma ponte do Exército para, transitoriamente, resolverem o problema,
43 mas as situações logísticas eram muito complicadas e aquela situação falhou, pelo que
44 estavam a avançar rapidamente para, na medida do possível, responder àquela situação.

45
46 Confirmou que já tinham sido abertos novos procedimentos para as questões da limpeza e
47 redefinidas as áreas das empresas e do Município e, portanto, era o que estavam a fazer.

48
49 Relativamente à limpeza, disse que também considerava que tinha melhorado bastante,
50 embora não estivesse como queriam, mas, de facto, havia um conjunto de questões que têm
51 sido levantadas sistematicamente e que têm estado a procurar. Informou que, no presente ano,

1 irão fazer investimentos significativos e alterações àquele nível para poderem melhorar ainda
2 mais e terem uma resposta imediata.

3
4 Quanto às questões das obras feitas sem conhecimento das Juntas, reconheceu ali para todos
5 os Presidentes de Junta que, reiteradamente, nas reuniões de coordenação da Câmara com os
6 dirigentes da Câmara aquela questão era colocada, mas havia falhas, de facto, havia algumas
7 comunicações, mas a maioria não era comunicada e deveria ser.

8
9 Quanto à questão da estrada do Bairro da Casinha para o Lar, informou que não era uma
10 estrada municipal, embora já tivessem procurado ajudar naquela situação, de facto não era
11 uma estrada do Município.

12
13 **O Presidente da Câmara** concluiu destacando a reabertura da Ludoteca, com o realce para a
14 importância que teve a cidadã Josette Cardoso com o seu trabalho no âmbito da educação com
15 as crianças, da brincadeira que atualmente estava muito posta em causa, congratulando-se por
16 terem podido reabrir a Ludoteca requalificada, o que foi, de facto, ótimo até para prestarem
17 homenagem a quem durante décadas mostrou como se podia inovar naquela área e que Évora
18 deu cartas àquele nível.

19
20 **O Deputado Francisco Brito**, em relação à Ludoteca, lembrou que, em junho de 2022,
21 quando estiveram reunidos em São Miguel de Machede questionaram se o jogo da bola do
22 arco iria estar na Ludoteca, quando a mesma reabrisse, e que o Senhor Presidente tinha
23 assegurado que sim, portanto, questionou se quando fossem à reabertura da Ludoteca
24 poderiam ver aquele jogo, que era tão característico para a população de São Miguel de
25 Machede.

26
27 **O Deputado Luís Ramalho**, em relação às comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e a
28 organização de iniciativas da comissão criada, disse que as Juntas de Freguesia também iriam
29 ter as suas atividades, portanto não sabia como iriam conseguir articular a situação.

30 Sobre a rede viária, concretamente na zona urbana da freguesia, referiu existirem três ou
31 quatro situações pontuais com buracos no pavimento betuminoso que seria importante
32 resolver o quanto antes.

33 Sobre os caminhos municipais, informou que o acesso aos Foros das Pombas agravou a sua
34 degradação, com a obra da ferrovia e perguntou quais tinham sido as ações do Município,
35 junto da IP, para que o reparasse porque é utilizado todos os dias por quem vive naquela zona
36 da freguesia.

37 Sobre os caminhos rurais, disse que os pontões do caminho para os Foros do Queimado
38 estavam, novamente, obstruídos com lama e lixo e lembrou que um daqueles pontões já
39 tinha abatido no ano passado, portanto seria necessário fazerem a sua limpeza e desobstrução
40 para que a circulação das águas pluviais não criasse outro abatimento ou prejuízos maiores
41 naquela estrada.

42 Sobre a questão dos Caminhos Públicos que não estavam classificados como Caminhos
43 Municipais, considerou que tinham de ser feitos aqueles registos, como já tinham sido feitos
44 alguns noutras freguesias, porque aqueles caminhos até tinham infraestruturas de saneamento
45 e de abastecimento de água, para poderem ter um vínculo efetivo e evitarem situações de
46 abuso e de uso indevido.

47 Em relação ao Plano Local de Habitação, acerca dos prédios degradados em ruínas na
48 Freguesia de São Miguel de Machede, comunicou que iria enviar uma listagem atualizada
49 para que as pessoas pudessem ser notificadas e pudessem requalificar e, também, a situação
50 das Áreas de Reabilitação Urbanas nas Freguesias Rurais que tinham ficado na gaveta e que
51 nada tinha sido feito.

1 Relativamente à recolha dos monos e dos resíduos sólidos urbanos, reconheceu que havia falta
2 de civismo e que a Câmara e Junta de Freguesia pouco podiam fazer porque tinha de haver,
3 da parte das pessoas, uma cidadania diferente e informou que já tinham recebido dos serviços
4 municipais, como noutros anos, a calendarização para 2024, mas depois acabava sempre por
5 não ser efetuada, de acordo com aquela calendarização, e o lixo continuava a acumular-se.
6 Disse, também, que as pessoas estavam sempre a reclamar que pagavam os seus impostos, e
7 sugeriu que quando se fizessem aquelas campanhas se dissesse que as Juntas de Freguesia e
8 os Municípios também pagavam impostos, que ainda pagavam mais quando existiam aqueles
9 comportamentos e atitudes, por parte dos próprios cidadãos, para que o sentissem quando não
10 faziam a reciclagem ou a separação do lixo e tivessem aquela noção e também têm de fazer
11 passar aquela mensagem.

12
13 **O Deputado João Simas**, acerca do caminho que serve o Lar Casa de Repouso da Casinha,
14 referiu que residia na rua que dava acesso àquele caminho e que todos os dias era confrontado
15 com perguntas porque estava, de facto, num estado lastimável, mas que por não ser
16 considerado um Caminho Municipal tinha que ser considerado um Caminho Público porque
17 servia muita gente e havia a necessidade de o reclassificar para o poderem arranjar como
18 merece. Informou que o Lar tinha 34 utentes e 17 funcionários e que havia 3 empresas
19 instaladas com 18 funcionários, e que o movimento era muito grande, portanto era urgente a
20 sua resolução, porque era confrontado todos os dias com aquele problema.

21
22 **O Deputado Gonçalo Costa**, relativamente ao Salão Central, pretendeu saber, desde a
23 receção provisória da obra até presentemente, quanto tempo decorreu, ou seja, há quando
24 tempo já se mantinha aquela situação e se o Senhor Presidente tinha conhecimento de alguma
25 outra situação daquela natureza no país, de um equipamento público requalificado que, por
26 motivo de uma situação com a E-REDES, não tenha sido disponibilizada à população.
27 Em relação à questão do desvio de verbas da Tesouraria, perguntou se o inquérito já tinha
28 conseguido apurar os montantes e a duração em que ocorreu, e se já haveria uma conclusão.

29
30 **O Deputado Luís Pardal** lembrou que tinha colocado a questão sobre que obras ou
31 intervenções com substância se iriam iniciar na sua Freguesia nos próximos meses e que o
32 Senhor Presidente não tinha respondido.

33 Disse que também tinha manifestado algumas preocupações sobre situações concretas, e o que
34 tinha pedido ao Senhor Presidente foi a questão de prazos para se resolverem os problemas,
35 nomeadamente sobre a Avenida São João de Deus, que era uma via estruturante sem qualquer
36 tipo de marcação há imenso tempo, sobre a Estrada Aliados à ponte de ferro que era
37 extremamente importante e as questões da limpeza que eram estruturantes, em que a Câmara
38 Municipal tinha de reconhecer aquele problema e tinha que fazer uma alteração orçamental se
39 queria resolver parte do problema, com o reforço da fiscalização, a reorganização da instalação
40 de diversos contentores, a aposta na modernidade, fazendo uma autoavaliação regular e
41 informando todos, assim como a criação de centros de depósitos mais globais.

42 Sobre a questão da campanha de informação e a campanha de comunicação considerou que
43 era essencial e se a Câmara Municipal tinha capacidade para *outdoors*, para determinados
44 eventos, também deveria ter para informar a população e para considerar as Juntas de
45 Freguesia como parceiros, delegando competências e meios.

46
47 **O Presidente da Câmara** sobre a questão dos calendários disse que não era por não gostar,
48 era porque atualmente a situação com que se confrontam, em particular na área das
49 empreitadas e da aquisição de serviços, era de facto contratarem com calendários, mas depois
50 surgirem sempre um conjunto de questões, que ainda por cima eram justificadas e
51 documentadas pelos empreiteiros, que alteravam as questões dos calendários, e deu como

1 exemplo a questão do Salão Central em que têm conhecimento de muitas queixas da E-
2 REDES, relativamente àquelas e a outras situações e recordou que quando era a EDP as
3 situações eram resolvidas em pouco tempo, agora vão para Santarém e depois vão não se sabe
4 para onde e que era uma grande dificuldade para conseguirem resolver as situações, portanto,
5 como não podem fazer o PT, de facto têm de estar dependentes de quem o pode fazer.

6
7 Relativamente à questão dos caminhos públicos considerou que era de uma seriedade referente
8 ao futuro porque aquela Câmara poderia optar por fazer um levantamento de todos os
9 caminhos e transformá-los em caminhos públicos, mas não têm apenas um, têm dezenas, têm
10 quilómetros, portanto, a pergunta era que meios existem, e não estava a falar só daquela
11 Câmara, mas no futuro, para aquela Câmara e as futuras, para que tivessem a capacidade de
12 responder a todos aqueles caminhos, que era algo que tinha de ser equacionado, porque era
13 colocar uma responsabilidade na Câmara a que dificilmente daria resposta, a não ser que
14 houvesse uma alteração nas competências e nos valores correspondentes, portanto, têm
15 efetuado poucas intervenções e pouco regulares, em relação aos caminhos que não são
16 municipais, destacando não ser um problema fácil de resolver.

17
18 Em relação à questão dos buracos, referiu que existem por todo lado e transmitiu que por isso
19 tinham criado uma brigada, para tapar os buracos, mas que não conseguem chegar a todo o
20 lado e considerou a disponibilidade para negociarem com as Juntas de Freguesia uma resposta,
21 de forma imediata, até que fosse possível a resolução posterior pela brigada.

22
23 Sobre os resultados do inquérito da auditoria, o **Presidente da Câmara** informou que se
24 confirmaram as suspeitas de desvios significativos de verbas e, por esse motivo, deram
25 conhecimento, até à Revisora Oficial de Contas, da situação e o processo foi encaminhado
26 para o Ministério Público e foram abertos processos disciplinares, em relação aos
27 trabalhadores indiciados, portanto, o processo estava a decorrer e, naturalmente, não podiam
28 dar mais informação enquanto estivesse no Ministério Público.

29
30
31
32 **O Deputado José Piteira** disse compreender a Câmara Municipal em relação aos caminhos,
33 porque se não conseguia cuidar dos caminhos municipais como seria se acrescentasse mais
34 aqueles que não eram municipais. Perguntou se havia alguma previsão para aquela Estrada
35 Municipal que ligava a Barragem do Monte Novo à Estrada de Reguengos, que estava
36 lastimável, se a Câmara tinha a intenção de fazer algum arranjo porque estava cada vez pior,
37 assim como o Caminho Municipal 1095 para o Bussalfão. Relembrou que com uma pequena
38 intervenção feita em 2023, com uma semana de trabalho, se conseguiu resolver aquela
39 calamidade que tinham todos os anos, portanto, apenas uma pequena manutenção naquela
40 estrada tirar-lhes-ia muita preocupação e admitiu que todos sabiam que as dificuldades eram
41 muitas, mas que tinham de começar por algum lado. Quanto à informação da Câmara sobre
42 as obras referiu que com a sua Freguesia estavam em dia e não tinham a falta de informação.

43
44 **O Presidente da Câmara** relativamente àquela estrada que referiu, informou que, de facto,
45 estava a decorrer um procedimento para a sua reparação, na ordem dos 150 mil euros.

46
47 **O Deputado Francisco Brito**, em relação à Ludoteca, perguntou se realmente iriam ter o jogo
48 e sobre a Estrada das Corunheiras referiu ser, de facto, um assunto que também se tinha vindo
49 a arrastar.

50

1 **O Presidente da Câmara**, sobre a Estrada das Corunheiras, disse que repetia o que tinha dito
2 sobre a Estrada do Bairro da Casinha.

3
4 Relativamente à questão dos jogos tradicionais, mencionou que estavam previstos na
5 Ludoteca um conjunto vasto de jogos tradicionais e a animação relativamente aos jogos
6 tradicionais.

7
8 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passam ao ponto 4.

9 10 **4. Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Évora.**

11
12 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

13
14 **O Presidente da Câmara** comunicou que iria dar a palavra ao Senhor Vereador Alexandre
15 Varela, que tinha a competência da Proteção Civil e que, também, estava presente o Senhor
16 Coordenador do Serviço Municipal de Proteção Civil, para prestar alguma informação
17 adicional, se houvesse necessidade.

18
19 **O senhor Vereador Alexandre** disse que iria apenas para fazer uma breve apresentação do
20 plano, sendo que aqueles planos tinham de ser aprovados em Assembleia. Relembrou que o
21 plano já tinha sido aprovado em 2013, que já tinha havido uma revisão e presentemente aquela
22 era a segunda revisão, com o objetivo de ficar em vigor durante os próximos 5 anos.

23 Informou que o processo tinha seguido os procedimentos habituais naquelas situações, já tinha
24 sido aprovado em reunião de Câmara Municipal, já tinha obtido os pareceres favoráveis da
25 ANPC, da Comissão Municipal de Proteção Civil, havendo um período de discussão pública
26 em que foram registados os contributos da mesma, sendo posteriormente registadas e
27 incorporadas as propostas da Autoridade Nacional de Proteção Civil e, portanto, teriam um
28 plano a vigorar nos próximos cinco anos, com um conjunto de aprendizagens, também
29 resultantes daquele período da pandemia e da intensa atividade da Proteção Civil.

30 Salientou a importância de se dar sequência ao plano que tem uma estrutura, previsão de
31 intervenção e monitorização muito bem definidas, em que foram esclarecidos os riscos, o nível
32 dos riscos, o tipo dos riscos, os que serão sujeitos a um tipo de ativação ou não, e também
33 foram definidas as condições de ativação e desativação do plano, portanto, tudo estava
34 perfeitamente definido assim como a articulação e colaboração com as entidades agentes de
35 Proteção Civil, que estavam também identificados.

36 Esclareceu que se houvesse a necessidade, no âmbito do plano, de se proceder a alguma
37 alteração em função da realidade, ou de outra circunstância que mostrasse aquela necessidade,
38 seria feita, sendo certo que os exercícios e os contributos que serão dados, ao longo do tempo,
39 poderão de facto induzir a algum tipo de alteração.

40
41 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção do Presidente e dos eleitos
42 e não verificando mais pedidos, submeteu o presente Plano Municipal de Emergência de
43 Proteção Civil de Évora, a votação.

44
45 **Deliberação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Évora:**
46 **Aprovado por unanimidade**, com 32 presenças verificadas.

47
48 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passam ao ponto 5.

49 50 **5. Adesão à Associação Évora 2027.**

1 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

2
3 **O Presidente da Câmara** lembrou que aquela questão já tinha sido abordada em várias
4 reuniões anteriores tendo-se alongado no tempo, mas que no final do ano passado, como tinha
5 sido acertado e previsto no Livro de Candidatura, o Governo, finalmente, tinha produzido um
6 decreto-lei para a criação da Associação e a autorização para que o Governo participasse na
7 Associação. No seguimento do protocolo que tinha sido ali assinado, sobre aquela matéria,
8 em que tinham sido negociados e discutidos aprofundadamente os Estatutos que tiveram o
9 consenso no âmbito da Comissão Executiva da Capital Europeia da Cultura, portanto,
10 resultando estes daquela negociação, que tinha sido complicada, mas tinha permitido
11 chegarem a uma plataforma de entendimento comum.

12
13 Expôs que o que propõem era que o Município deliberasse a Adesão à Associação que, se
14 fosse aprovada, seria criada no dia 20 daquele mês, em Évora, admitindo que todas as outras
15 instituições conseguissem também decidir a sua adesão e disponibilizassem a documentação,
16 estando disponíveis para prestar outros esclarecimentos que pretendessem.

17
18 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção do Presidente e não
19 verificando pedidos de intervenção, submeteu a presente Adesão à Associação Évora 2027, a
20 votação.

21
22 **Deliberação à Adesão à Associação Évora 2027:**

23 **Aprovado por unanimidade**, com 32 presenças verificadas.

24
25 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passam ao ponto 6.

26
27 **6. Relatório Trimestral de Gestão e de Execução Orçamental do 3º trimestre de**
28 **2023. Plano de Atividades e Orçamento para 2024 e Plano Plurianual 2025|2028**
29 **Habévora, E.M. - Para conhecimento**

30
31 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

32 **O Presidente da Câmara** lembrou que o documento tinha sido distribuído e que
33 correspondia às orientações que têm transmitido, nomeadamente aquelas que permitiriam que
34 a Habévora tivesse outras atividades, para além da habitação social, para também fazerem um
35 conjunto de recuperações e requalificações de habitações que detêm atualmente e avançarem
36 para outras áreas com projetos piloto, como o modelo que estava a decorrer que tinha a ver
37 com a cedência de casas para a acomodação de trabalhadores de empresas que se tinham
38 instalado em Évora, como o projeto piloto com a Mecachrome, relativamente a cinco
39 habitações, que tem estado a correr positivamente e que seria, talvez, uma forma de analisarem
40 a possibilidade de expandir aquela situação.

41
42 Quanto à Execução Orçamental, mencionou que já estaria um pouco ultrapassada, mas que
43 correspondia ao calendário que estava estabelecido e que estaria à disposição para alguma
44 questão.

45
46 **O Deputado Natanael Vinha** disse que já tinham ouvido durante aquela Assembleia
47 Municipal a informação de que existiam no Concelho de Évora 38 casas devolutas do Estado
48 e que gostaria de saber quantas casas devolutas existiam no Concelho da responsabilidade do
49 Município.

50 Considerou muito interessante aquele projeto piloto da disponibilização de casas a
51 trabalhadores de empresas e solicitou que pudesse elaborar um pouco mais sobre aquele

1 assunto, nomeadamente no histórico daquela questão, como começou, como se estava a
2 desenvolver e quais seriam os planos para o futuro.

3
4 **O Presidente da Câmara**, em relação às casas devolutas do Município, esclareceu que o
5 Município não tinha, mas que a Habévora, naquele momento, tinha cerca de 40 casas que
6 estavam a ser reparadas para poderem ser entregues a quem delas necessitaria.

7
8 Relativamente ao projeto piloto, informou que tinha sido desencadeado quando a Mecachrome
9 anunciou, há uns anos atrás, a sua intenção de deixar as instalações de Setúbal e concentrar
10 toda a sua atividade em Évora, tendo colocado a possibilidade de deslocar alguns dos
11 trabalhadores, que tinham em Setúbal, questionando se tinham alguma habitação disponível,
12 tendo sido respondido que não. Porém, depois daquela alteração estatutária da Habévora,
13 procuraram encontrar uma solução. Assim, propuseram um projeto piloto em que a Câmara
14 disponibilizaria algumas casas durante um período de 3 a 5 anos, por um valor mais baixo do
15 que o do mercado, e que a Mecachrome garantiria as questões relativas à seleção dos
16 trabalhadores e à salvaguarda da habitação, o que de facto tem ocorrido, tendo sido instaladas
17 cinco famílias, existindo, assim, cinco casas naquela situação.

18
19 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passam ao ponto 7.

20
21 **7. 15º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro | dezembro de 2023.**
22 - Para conhecimento

23
24 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

25
26 **O Presidente da Câmara** recordou que o documento também tinha sido distribuído e que
27 não havia alterações substanciais àquilo que tem dito nos últimos relatórios. Referiu, ainda,
28 que tinha vindo a ser cumprido o que estava previsto com aquele desfasamento, que existiu
29 no início do plano, em que tiveram algumas dificuldades maiores, no ano passado, por causa
30 das questões ligadas à inflação e à subida das taxas de juro, mas não impediu que o plano
31 fosse cumprido e, portanto, em termos práticos, foi aquela tradução que foi feita no relatório.

32
33 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passam ao ponto 8.

34
35 **8. Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso | Envio de Declarações.**
36 - Para conhecimento

37
38 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

39
40 **O Presidente da Câmara** informou que era tão somente darem conhecimento à Assembleia
41 Municipal das declarações sobre aquela matéria.

42
43 Não havendo pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início ao
44 segundo período de intervenção do público, questionando se havia algum pedido de
45 intervenção. Verificando não haver pedidos por parte do público, o **Presidente da Assembleia**
46 **Municipal** deu por terminada a Ordem de Trabalhos.

47
48 **APROVAÇÃO EM MINUTA**

1 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que a Ata em minuta iria ser lida pela 2ª
2 Secretária, Maria da Nazaré Pereira Lança.

3
4 “Aos 17 dias do mês de fevereiro de 2024 pelas 10 horas no palácio de Dom Manuel, reuniu
5 em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Évora tendo deliberado o seguinte: foi
6 aprovada por unanimidade a criação da Comissão da Assembleia Municipal organizadora
7 das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril; foi aprovado por unanimidade o Plano
8 Municipal de Emergência e Proteção Civil de Évora e foi aprovada por unanimidade a
9 Adesão à Associação Évora 2027.”

10
11 **O Presidente da Assembleia Municipal** colocou em votação a ata em minuta.

12
13 A Assembleia Municipal de Évora deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta todas as
14 deliberações tomadas da presente Ata, nos termos do nº 3 do art.º 57º do Anexo I à Lei nº
15 75/2013, de 12 de setembro.

16
17 Não existindo mais assuntos para tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por
18 terminada a sessão, pelas duas horas e quarenta e cinco minutos do dia seguinte, da qual para
19 constar se elaborou a presente Ata que os membros da mesa subscrevem e assinam.

20
21 **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM SUBSTITUIÇÃO**

22
23
24
25 _____
26 *Jorge Quina Ribeiro de Araújo*

27
28 O 1ª SECRETÁRIO

A 2ª SECRETÁRIA

29
30
31 _____
32 *Ananias Quintano*

Maria da Nazaré Lança